

## O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia<sup>1</sup>

Friedrich Engels

Enquanto as batalhas selvagens da nobreza feudal dominante preenchiam a Idade Média com seu ruído, o trabalho silencioso das classes oprimidas minava o sistema feudal por toda a Europa Ocidental, criando as condições nas quais restava cada vez menos espaço para os senhores feudais. É verdade que, no campo, os nobres senhores seguiam seu modo de ser, atormentando servos, chafurdando no seu suor, cavalgando sobre suas plantações, estuprando suas esposas e filhas. Mas cidades surgiam por toda parte: na Itália, no sul da França e no Reno, as antigas municipalidades romanas<sup>2</sup> ressurgiam das cinzas; em outros lugares, e particularmente na Alemanha Central, eram novas criações. Em todos os casos, elas eram cercadas por muralhas e fossos, fortalezas bem mais fortes que os castelos da nobreza, pois somente poderiam ser tomadas por grandes exércitos. Por detrás dessas muralhas e fossos, desenvolvia-se a produção artesanal medieval nos estreitos limites da guilda burguesa; os primeiros capitais se acumulavam; a necessidade de troca com outras cidades e com o restante do mundo surgia; e, gradualmente, com a necessidade surgiam as formas de proteger este tráfego.

No século XV, os cidadãos [*Städtebürger*] já desempenhavam um papel mais crucial na sociedade do que a nobreza feudal. É verdade que a grande massa [*Masse*] da população ainda se ocupava da agricultura, que constituía, portanto, o principal ramo da produção. Mas os poucos camponeses livres isolados, que

---

<sup>1</sup> ENGELS, Friedrich. “Über den Verfall des Feudalismus und das Aufkommen der Bourgeoisie” [1884] In: *MEGA I/30*, pp. 43-53. Cotejado com: ENGELS, Friedrich. “The decline of feudalism and the rise of National States” [1884] In: *Marx and Engels collected works*, pp. 445-54. Trad. Gabriel Perdigão, Carolina Peters e Murilo Leite Pereira Neto. [NT] Engels possivelmente escreveu este trabalho inacabado enquanto preparava uma nova edição de *As guerras camponesas na Alemanha*. Seu conteúdo mostra que deveria servir como parte da introdução à nova edição. Engels também usou suas notas anteriores sobre a história da Alemanha, a saber, o manuscrito “Varia über Deutschland” (*MEGA I/24*, pp. 340-50). O título foi fornecido pelos editores. [Nota do Editor – NdE]

<sup>2</sup> Na época da República Romana, *municipium* era uma cidade ligada a Roma por um tratado. Havia duas categorias de *municipia*, conforme a natureza do tratado com Roma: iguais ou desiguais. Os primeiros geralmente gozavam de autogoverno e seus cidadãos gozavam de plenos direitos civis e políticos em Roma. Os cidadãos destes últimos não tinham direitos políticos em Roma, mas cumpriam os deveres dos cidadãos romanos. O estatuto de um *municipium* não era permanente. [NdE]

aqui e ali ainda resistiam à arrogância da nobreza, davam provas suficientes de que o principal na agricultura não é a pele de urso [*Bärenhäuterei*]<sup>3</sup> e a chantagem do fidalgo, mas sim o trabalho do camponês. Ao mesmo tempo, as suas necessidades cresceram e se transformaram de tal forma que a nobreza não poderia prescindir das cidades: sua única ferramenta de produção [*produktionswerkz*], suas armaduras e armas, afinal de contas, apenas podiam ser obtidas na cidade! Tecidos, mobílias e joias locais, sedas italianas, rendas de Bruxelas, peles do Norte, perfumes das Arábias, frutas do Levante, e especiarias da Índia – exceto o sabão –, tudo tinha de ser comprado dos habitantes da cidade. Um certo comércio mundial havia se desenvolvido: os italianos navegavam o Mediterrâneo e mais além, pela costa atlântica, até Flandres; os hanseáticos ainda dominavam o Mar do Norte e o Báltico quando enfrentaram a crescente concorrência da Holanda e da Inglaterra; as conexões entre os Centros Sul e Norte do tráfego marítimo eram feitas por terra, em estradas que passavam pela Alemanha. Assim, enquanto a nobreza se tornava cada vez mais supérflua e um obstáculo cada vez maior ao desenvolvimento, os cidadãos tornavam-se a classe que incorporava os desenvolvimentos posteriores da produção, do comércio, da cultura [*Bildung*] e das instituições políticas e sociais.

Todos esses avanços na produção e na troca foram, de fato, nos termos de hoje, de natureza muito limitada. A produção manteve-se confinada às formas artesanais das corporações de ofício, as quais mantinham características feudais; o comércio permaneceu restrito às águas europeias, não se aventurando além das cidades costeiras do Levante, onde os produtos do Extremo Oriente eram trocados. No entanto, ainda que as atividades comerciais e, com elas, os comerciantes permanecessem estreitos e limitados, foram suficientes para derrubar a sociedade feudal; e ao menos continuaram avançando enquanto a nobreza estagnava.

A burguesia da cidade [*Bürgerschaft der Städte*] tinha uma poderosa arma contra o feudalismo: o dinheiro. No padrão econômico feudal do início da Idade Média quase não havia lugar para o dinheiro. O senhor feudal obtinha de seus servos tudo o que precisava, quer na forma de trabalho, quer na de produto final: as mulheres fiavam e teciam o linho e a lã e faziam as roupas; os homens cultivavam o campo; as crianças pastoreavam o rebanho do senhor, coletavam frutos silvestres, ninhos de pássaros e palha; além disso, a família inteira também

---

<sup>3</sup> Engels, aqui, refere-se, provavelmente, ao conto popular alemão *Der Bärenhäuter* (“o pele de urso”), reunido pelos irmãos Grimm. O protagonista é um soldado que, ao fim da guerra, encontra-se completamente solitário. Um dia, aparece um homem que promete torná-lo rico se, durante sete anos, não cortasse os cabelos, aparasse as unhas, tomasse banho nem orasse, e usasse sempre um casaco verde, em cujos bolsos encontraria dinheiro ilimitado, e uma capa de pele de urso. [NT]

tinha que entregar grãos, frutas, ovos, manteiga, queijo, aves, gado jovem e tudo mais. Cada feudo [*Feudalherrschaft*] era autossuficiente; até mesmo serviços militares eram exigidos em produtos; não havia tráfego ou troca, e o dinheiro era supérfluo. A Europa fora reduzida a um nível tão baixo, tivera que recomeçar de tal forma, que o dinheiro naquela época tinha uma função muito menos social do que meramente política: era usado para *pagar impostos* e adquirido principalmente por meio do *roubo*.

Tudo estava diferente agora. O dinheiro tornara-se novamente um meio de troca geral e, com isso, sua massa aumentara consideravelmente; mesmo a nobreza já não podia prescindir dele e, como tinham pouco ou nada para vender, uma vez que o roubo já não era tão fácil, tiveram que se dispor a pedir emprestado ao usurário burguês. Muito antes de os castelos do cavaleiro serem destruídos pelos novos canhões, eles já estavam minados pelo dinheiro; na verdade, a pólvora era, por assim dizer, apenas o oficial de justiça a serviço do dinheiro. O dinheiro era a grande máquina de nivelamento político dos cidadãos. Sempre que uma relação pessoal era substituída por uma relação monetária, um benefício em espécie por um benefício monetário, uma relação burguesa substituía a feudal. É verdade que na maioria dos casos a velha e brutal economia natural [*Naturalwirtschaft*] permaneceu no campo; mas já havia distritos inteiros – como na Holanda, na Bélgica, no Baixo Reno – onde os camponeses pagavam dinheiro aos senhores em vez de serviços e produtos *in natura*, onde senhores e súditos já haviam dado o primeiro passo decisivo da transição para proprietários de terras e arrendatários, onde, aliás, mesmo no campo, as instituições políticas do feudalismo perderam sua base social [*gesellschaftliche Grundlage*]. A sede de ouro dominante na Europa Ocidental no final do século XV ilustra até que ponto a feudalidade já estava minada e consumida internamente pelo dinheiro nesse período. *Ouro* foi o que os portugueses procuraram na costa africana, na Índia e em todo o Extremo Oriente; *ouro* foi a palavra mágica que levou os espanhóis a cruzar o oceano Atlântico até as Américas; *ouro* foi a primeira coisa que os brancos buscaram ao fincar os pés em praias recém-descobertas. Mas esse ímpeto de se aventurar por terras longínquas em busca de ouro, ainda que, no início, se concretizasse nas formas feudais e semif feudais, já era em suas raízes incompatível com o feudalismo, cuja base era a agricultura e cujas campanhas de conquista visavam essencialmente as *aquisições de terras*. Além disso, a navegação era um comércio decididamente *burguês*, que imprimiu também seu caráter antifeudal em todas as marinhas modernas.

Assim, no século XV, a feudalidade estava em declínio total em toda a Europa Ocidental; em toda parte, cidades com interesses antifeudais, com seus

próprios direitos e com cidadãos armados, haviam se infiltrado nos territórios feudais, já haviam tornado os senhores feudais em parte socialmente dependentes, por meio do dinheiro, e também, aqui e ali, até politicamente dependentes; mesmo no campo, onde a agricultura foi intensificada por condições particularmente favoráveis, os velhos laços feudais começavam a se afrouxar sob a influência do dinheiro; o antigo governo aristocrático continuou a florescer apenas em territórios recém-conquistados, como a leste do Elba, na Alemanha, ou em áreas que eram atrasadas e distantes das rotas de comércio. Mas em toda parte – nas cidades como no campo – aumentaram os elementos da população que exigiam acima de tudo que cessasse a eterna guerra sem sentido; aquelas rixas dos senhores feudais que tornavam a guerra interna permanente, mesmo quando o inimigo estrangeiro estava na sua terra natal; aquele estado de devastação ininterrupta e puramente inútil que durou toda a Idade Média. Ainda que muito fracos para impor a sua vontade, esses elementos encontraram forte apoio no topo de toda a ordem feudal – na monarquia. E aqui é o ponto em que a consideração das condições sociais nos leva às do estado, onde passamos da economia para a política. As novas nacionalidades desenvolveram-se gradualmente do emaranhado de povos da Alta Idade Média, processo em que, como se sabe, na maioria das antigas províncias romanas, os vencidos eram assimilados aos vencedores, os camponeses e os habitantes da cidade aos senhores germânicos. As nacionalidades modernas também são o produto das classes oprimidas. O mapa distrital feito por Menke da Lorena central nos dá uma imagem vívida de como ocorreu a fusão aqui e a demarcação de fronteira ali<sup>4</sup>. Basta seguir a fronteira que divide os topônimos românicos e alemães neste mapa para se convencer de que, para a Bélgica e a Baixa Lorena, eles coincidem amplamente com a fronteira linguística entre o francês e o alemão que existia há cem anos. Aqui e ali, ainda existe uma área de controvérsia estreita onde as duas línguas lutam pela prioridade; no geral, entretanto, é claro o que deve permanecer germânico e o que deve permanecer românico. A forma como aparece a maioria desses topônimos no mapa, na antiga língua da Baixa Francônia e no alto alemão antigo, no entanto, mostra que eles pertencem ao século IX ou, no máximo, ao X, ou seja, que a fronteira foi essencialmente traçada no final da era carolíngia. No lado românico, especialmente perto da fronteira linguística, agora existem nomes mistos, compostos por um nome próprio alemão e um topônimo românico, por exemplo, a oeste do Mosa perto de Verdun: Eppone curtis, Rotfridi curtis, Ingolini curtis, Teudegisilo-villa, atualmente chamados Ippécourt, Récourt la Creux,

---

<sup>4</sup> Spruner-Menke, *Hand-Atlas zur Geschichte des Mittelalters and der neueren Zeit*. 3. ed. Gotha 1874, mapa n. 32.

Amblaincourt sur Aire, Thierville. Eram solares francos, pequenas colônias alemãs em solo românico que mais cedo ou mais tarde foram vítimas da romanização. Nas cidades e em áreas rurais específicas, havia colônias alemãs mais fortes, que mantiveram sua língua por muito tempo; em uma dessas, por exemplo, foi composta, no final do século IX, a "Canção de Ludwig"<sup>5</sup>; apesar disso, o fato de que uma grande parte dos senhores francos foi romanizada anteriormente é demonstrado pelos juramentos dos reis e grandes de 842, em que o romanche já aparece como a língua oficial da França<sup>6</sup>.

Uma vez que os grupos linguísticos foram delimitados (a despeito das guerras posteriores de conquista e extermínio, como as travadas contra os eslavos do Elba<sup>7</sup>), era natural que servissem como a base existente para a formação de estados, para que nacionalidades começassem a se desenvolver em nações. O rápido colapso do estado misto da Lotaríngia<sup>8</sup> mostra como esse elemento era poderoso já no século IX. É verdade que ao longo de toda a Idade Média fronteiras linguísticas e fronteiras nacionais estiveram longe de coincidir; mas todas as nacionalidades, com exceção, talvez, da Itália, eram representadas na Europa por um estado particularmente grande, e a tendência de criar estados nacionais, que surgia cada vez mais clara e conscientemente, constitui uma das alavancas de progresso mais essenciais da Idade Média.

Em cada um desses estados medievais, o rei estava agora no topo de toda a hierarquia feudal, um topo do qual os vassalos não podiam se esquivar e contra o

---

<sup>5</sup> A Canção de Ludwig [*Das Ludwigslied*] foi escrita no final do século IX no dialeto da Francônia por um poeta anônimo. É um panegírico ao rei Ludwig III, da França ocidental, comemorando sua vitória sobre os normandos em Sancourt, em 881 (*Hausschatz der Volkspoesie*, Leipzig, 1846). [NdE]

<sup>6</sup> Referência aos textos existentes nas línguas do alto alemão antigo e do romanche (francês antigo), registrando os juramentos de lealdade trocados em Strassburg, em 842, por Luís, o Alemão, rei franco oriental, e Carlos, o Calvo, rei franco ocidental, bem como por seus vassalos. [NdE]

<sup>7</sup> Trata-se dos *eslavos do Elba* [*Laba*], um grande grupo de povos eslavos ocidentais que entre o primeiro e o segundo milênio da era cristã habitaram o território entre o Laba e seu afluente, o rio Sala [*Saale*], a oeste, e o Odra [*Oder*] a leste. A partir do século X, os senhores feudais alemães lançaram uma campanha sistemática de apropriação das terras eslavas e estabelecimento de distritos militares, os marcos, nos territórios conquistados. Apesar da resistência da população nativa, na segunda metade do século XII, os alemães conseguiram se apropriar dos últimos territórios livres dos eslavos do Elba. Parte dos eslavos foi aniquilada, alguns foram germanizados à força e outros conseguiram manter suas características étnicas e culturais. [NdE]

<sup>8</sup> *Lotaringia* (Lorena) foi um estado na margem esquerda do Reno estabelecido em 855 durante a divisão das possessões do Imperador Lotário I e nomeado em homenagem ao seu filho Lotário II, a quem foi entregue como um reino independente. Sua localização entre os reinos francos ocidental e oriental tornava-o instável e era uma das causas da luta por seu território. Após a morte de Lotário II em 870, Lotaríngia foi dividida (aproximadamente ao longo da fronteira linguística) entre seus irmãos, o rei franco oriental Luís, o Alemão, e o rei franco ocidental Carlos, o Calvo. [NdE]

qual estavam, ao mesmo tempo, em estado de rebelião permanente. A relação básica de toda a economia feudal, a concessão de terras em troca de determinados serviços pessoais e impostos, já em sua forma original e mais simples, fornecia material suficiente para disputas, especialmente quando tantos estavam interessados em disputar. O que, então, deveria se esperar da Baixa Idade Média quando as relações de vassalagem [*Lehnsbeziehungen*] em todos os territórios formaram um emaranhado inextricável de direitos [*Berechtigungen*] e deveres [*Verpflichtungen*] aprovados, retirados, renovados, perdidos, alterados ou submetidas às novas condições? Carlos, o Audaz, por exemplo, era o vassalo do imperador em alguns de seus territórios, e do rei da França em outros; por outro lado, o rei da França, seu suserano, era ao mesmo tempo, em certas áreas, o vassalo de Carlos, o Audaz, ele próprio seu vassalo; como seria possível evitar conflitos? Daí esta interação secular entre atração dos vassallos centro monárquico, que poderia sozinho protegê-los de forasteiros e uns dos outros, transformada incessante e inevitavelmente em repulsão do centro; daí a luta ininterrupta entre a monarquia e os vassallos, cujo ruído sombrio abafou tudo o mais durante aquele longo tempo em que o roubo era a única fonte de renda digna de um homem livre; daí o ciclo interminável e sempre renovado de traição, assassinato, envenenamento, insidiosidade e toda maldade concebível que, oculta por trás do nome poético de cavalaria, nunca deixou de falar em honra e lealdade.

É óbvio que a monarquia foi o elemento progressivo nesse estado de confusão generalizada. Ela representava a ordem na desordem, a nação em desenvolvimento em oposição à fragmentação em estados vassallos rebeldes. Todos os elementos revolucionários que se formaram sob a superfície feudal eram tão dependentes da monarquia quanto a monarquia dependia deles. A aliança entre monarquia e burguesia data do século X; frequentemente interrompida por conflitos, já que nada seguiu constantemente seu curso em toda a Idade Média, ela se renovava cada vez mais firmemente, e sempre mais poderosa, até que ela ajudou a monarquia a alcançar sua vitória final, e a monarquia, em gratidão, subjugou e saqueou sua aliada.

Tanto reis quanto cidadãos encontraram apoio poderoso no emergente estamento dos *juristas* [*Stände der Juristen*]. Com a redescoberta do direito romano, o trabalho foi dividido entre os sacerdotes, consultores jurídicos do período feudal, e os leigos estudiosos do direito [*Rechtsgelehrten*]. Desde o início, esses novos juristas pertenciam essencialmente ao estamento burguês; mas a lei que eles estudavam, ensinavam e praticavam era, por natureza, essencialmente antifeudal e, em certos aspectos, burguesa. O direito romano é a expressão jurídica clássica das condições de vida e das colisões de uma sociedade em que

domina a propriedade privada pura a tal ponto que todas as legislações posteriores foram incapazes de melhorar qualquer coisa essencial. Mas a propriedade burguesa da Idade Média ainda estava fortemente ligada às restrições feudais, consistia, por exemplo, em grande medida de privilégios; a esse respeito, o direito romano estava muito à frente das condições civis [*bürgerlichen Verhältnissen*] da época. O posterior desenvolvimento histórico da propriedade burguesa, no entanto, só poderia consistir no fato de que ela se desenvolveria em pura propriedade privada, como aconteceu. Mas esse desenvolvimento teve de encontrar uma alavanca poderosa no direito romano, que já continha tudo o que os cidadãos da Baixa Idade Média apenas inconscientemente buscavam. Mesmo que em muitos casos individuais o direito romano oferecesse o pretexto para aumentar a opressão da nobreza sobre os camponeses – por exemplo, onde esses não puderam apresentar qualquer prova escrita de sua liberdade dos encargos que de outro modo seriam costumeiros – isso não muda a questão. Mesmo sem o direito romana, a nobreza teria encontrado tais pretextos e de fato os encontrou diariamente. Em todo caso, foi um tremendo avanço quando entrou em vigor um direito que desconhecia absolutamente as relações feudais e que antecipou plenamente a propriedade privada moderna. Vimos como a nobreza feudal começou a se tornar supérflua e, em termos econômicos, até mesmo um estorvo para a sociedade no final da Idade Média; assim como vimos que já estava politicamente obstruindo o caminho do desenvolvimento das cidades e do estado nacional, que então só era possível na forma monárquica. Apesar de tudo isso, ela fora sustentada pelo fato de possuir até então o monopólio das armas, sem as quais nenhuma guerra poderia ser travada, nenhuma batalha poderia ser combatida. Isso também estava prestes a mudar; o último passo deveria ser dado para deixar claro à nobreza feudal que o período em que governaram social e politicamente [*staatliche*] havia acabado, que suas habilidades cavaleirescas não eram mais necessárias, nem mesmo no campo de batalha. Combater a economia feudal com o próprio exército feudal, no qual os soldados estavam ligados por laços mais estreitos com seus senhores feudais imediatos do que com o comando do exército real, evidentemente, significava entrar em um círculo vicioso e não chegar a lugar nenhum. Desde o início do século XIV, os reis se esforçaram para se emancipar desse exército feudal, para criar seu próprio exército. Desse momento em diante, encontramos nos exércitos reais uma proporção cada vez maior de soldados recrutados ou contratados. No início, formavam principalmente a infantaria e provinham da escória das cidades [*Abhub der Städte*] e servos fugitivos; lombardos, genoveses, alemães, belgas etc. eram empregados na ocupação das cidades e nas tarefas de cerco, mas dificilmente

serviam em batalhas campais. Mas, já no final da Idade Média, também encontramos cavaleiros que serviam a príncipes estrangeiros como mercenários, com seu séquito reunido sabe-se lá como, demonstrando, assim, o colapso irremediável do modo feudal de guerrear.

A condição fundamental para uma infantaria eficiente surgiu simultaneamente nas cidades e entre os camponeses livres, mesmo que os últimos ainda devessem ser encontrados ou tivessem sido recém formados. Até então, os cavaleiros, com seu séquito, igualmente, a cavalo, não eram o núcleo do exército, mas sim o próprio exército; a comitiva de servos que os acompanhavam não contava, pareciam – no campo de batalha – meramente presentes para fugir e saquear. Durante o apogeu do feudalismo, até o final do século XIII, a cavalaria lutou e decidiu todas as batalhas. A partir daí as coisas mudaram, e em diferentes pontos ao mesmo tempo. O desaparecimento gradual da servidão na Inglaterra criou uma numerosa classe de camponeses livres, proprietários de terras (*yeomen*) ou arrendatários, e com ela a matéria-prima para uma nova infantaria, treinada no uso do arco, a arma nacional britânica de então. A introdução desses arqueiros, que sempre lutaram a pé, apesar de poderem estar montados ou não quando em marcha, deu lugar a uma mudança fundamental na tática dos exércitos ingleses. A partir do século XIV, a cavalaria inglesa prefere lutar a pé, onde o terreno ou outras circunstâncias o tornam apropriado. Atrás dos arqueiros que iniciavam a batalha e desgastavam o inimigo, a falange fechada da cavalaria desmontada aguardava o ataque inimigo ou o momento apropriado para avançar, enquanto apenas uma parte permanece a cavalo para apoiar no momento decisivo com ataques pelos flancos. As vitórias ininterruptas dos britânicos na França<sup>9</sup> naquela época são essencialmente baseadas na restauração de um elemento defensivo no exército, em maior parte eram batalhas defensivas, seguidas por contra-ataques ofensivos, como foram as vitórias de Wellington na Espanha e na Bélgica<sup>10</sup>. Com a adoção das novas táticas pelos franceses – possível desde que besteiros italianos foram contratados para assumir a função cumprida pelos arqueiros ingleses – a sequência de vitórias dos ingleses foi interrompida. Também no início do século XIV, a infantaria das cidades flamengas ousou – muitas vezes com sucesso – opor-se à cavalaria francesa em batalha campal e também ao imperador Albrecht, devido à sua tentativa de trair os camponeses suíços livres em favor do Arquiduque da Áustria, que era ele mesmo, dando o

---

<sup>9</sup> Referência às vitórias inglesas sobre os franceses na Guerra dos Cem Anos (1337-1453). [NdE]

<sup>10</sup> Referência à campanha de Wellington contra a França na Guerra Peninsular de 1808-13 e à sua vitória em Waterloo (Bélgica) em 18 de junho de 1815. Conforme descrito por Engels, as vitórias mais conhecidas de Wellington na Espanha foram as batalhas de Talavere em 1809 e de Salamanca em 1812. [NdE]



impulso para a formação da primeira infantaria moderna de reputação europeia<sup>11</sup>. Nos triunfos dos suíços sobre os austríacos e especialmente sobre os borgonheses, a cavalaria pesadamente armada – montada ou desmontada – sucumbiu, de uma vez por todas, à infantaria, o exército feudal aos primórdios do exército moderno, os cavaleiros à burguesia e aos camponeses livres. E os suíços, para determinar desde o início o caráter burguês de sua República, a primeira república independente da Europa, *monetizaram* [*versilberten*] imediatamente sua fama de guerra. Todas as considerações políticas desapareceram: os cantões transformaram-se em mesas de recrutamento para arrebanhar mercenários pelo lance mais alto. Em outros lugares, também, especialmente na Alemanha, o tambor do recrutamento rufou; mas o cinismo de um governo que parecia existir apenas para vender os filhos de sua terra permaneceu incomparável até que, na época da mais profunda humilhação nacional, os príncipes alemães o superaram.

Então, no século XIV, a pólvora e a artilharia foram trazidas para a Europa pelos árabes via Espanha. Até o final da Idade Média, o revólver não tinha importância, o que é compreensível, pois o arco do fuzileiro inglês de Crécy atingiu tão longe e talvez com mais segurança – embora não com o mesmo efeito – que o rifle liso do soldado de infantaria de Waterloo<sup>12</sup>. O canhão de campanha ainda estava na infância; por outro lado, os pesados canhões já haviam repetidamente aberto a alvenaria dos castelos dos cavaleiros e anunciado à nobreza feudal que o fim de seu império estava selado com a pólvora.

A difusão da arte da impressão, o renascimento do estudo da literatura antiga, todo o movimento cultural que se tornou mais forte e mais geral desde 1450<sup>13</sup> – tudo isso veio em benefício da burguesia e da monarquia na luta contra o feudalismo.

A interação de todas essas causas, fortalecida ano a ano por sua crescente interdependência, que se dirigia cada vez mais na mesma direção, decidiu a vitória sobre o feudalismo, ainda não da burguesia, mas certamente da monarquia, na última metade do século XV. Em toda a Europa, até os longínquos países vizinhos

---

<sup>11</sup> Engels refere-se à recusa do imperador alemão Albrecht I dos Habsburgos austríacos de reconhecer as liberdades dos cantões suíços, confirmada por seu predecessor, Adolfo de Hassau. Nos séculos XIV-XV, em sua luta contínua pela independência, os cantões conseguiram derrotar as tropas dos senhores feudais austríacos e assegurar para a Suíça a posição de um estado livre do domínio austríaco e subordinado apenas formalmente ao Império Alemão. [NdE]

<sup>12</sup> Na *batalha de Crécy*, em 26 de agosto de 1346, os ingleses, usando uma combinação de cavaleiros e arqueiros, derrotaram o exército francês, cuja principal força era a cavalaria. Esta batalha foi travada durante a Guerra dos Cem Anos entre a Inglaterra e a França. [NdE]

<sup>13</sup> Referência à impressão com tipo móvel inventada por Johann Gutenberg em meados do século XV. Essa invenção foi um dos principais fatores que promoveram a ciência e a literatura nos séculos XV e XVI, e acabou levando ao crescimento das forças produtivas em todo o mundo. [NdE]

que não passaram pelo estado feudal [*Feudalzustand*], o poder monárquico subitamente assumiu o controle. Na Península Ibérica [*Pyrenäischen Halbinsel*], duas das tribos de língua românica se uniram para formar o Reino da Espanha e o reino de Aragão, de língua provençal, submetidas à escrita castelhana; a terceira tribo, que uniu seu espaço linguístico (com exceção da Galiza) para formar o Reino de Portugal, a Holanda Ibérica, afastou-se do interior e provou seu direito à existência separada por meio de suas atividades marítimas.

Na França, Luís XI teve sucesso. Finalmente, após a queda do Reino Central da Borgonha<sup>14</sup>, a unidade nacional representada pela monarquia seria estabelecida no então ainda muito limitado território francês de tal forma que seu sucessor já foi capaz de interferir nas negociações italianas<sup>15</sup> e que esta unidade foi posta em questão uma única vez por um curto período pela Reforma<sup>16</sup>. A Inglaterra havia finalmente desistido de suas guerras quixotescas de conquista na França, das quais ela teria sangrado até a morte no longo prazo; os nobres procuraram ressarcimento na Guerra das Rosas e encontraram mais do que haviam procurado: eles entraram em atrito uns contra os outros e conduziram a Casa de Tudor ao trono, cujo poder real excedeu o de todos os seus predecessores e sucessores. Os países escandinavos haviam sido unificados há muito tempo, a Polônia estava se aproximando de seu apogeu com um poder real ainda inalterado desde sua unificação com a Lituânia<sup>17</sup>, e mesmo na Rússia a subjugação dos

---

<sup>14</sup> O Ducado da Borgonha, que foi formado no século IX nas bacias do Saône, Sena e Loire e mais tarde anexou territórios consideráveis (Franco-Condado, parte do norte da França, Holanda), tornou-se um estado feudal independente entre os séculos XIV-XV. Atingiu o auge de seu poderio na segunda metade do século XV sob o ducado de Carlos, o Audaz (1467-77). Ele procurou expandir suas posses e isso impediu a formação de uma monarquia francesa centralizada. O rei Luís XI da França conseguiu formar uma coalizão de suíços e lotaríngios contra a Borgonha. Como resultado das guerras da Borgonha de 1474-77, as tropas de Carlos, o Audaz, foram derrotadas e ele próprio foi morto na Batalha de Nancy (1477). Suas terras foram divididas entre Luís XI e Maximiliano de Habsburgo, filho do imperador alemão. [NdE]

<sup>15</sup> Capitalizando a fragmentação política da Itália e a discórdia entre os estados italianos, o rei Carlos VIII da França invadiu a Itália em 1494 e ocupou o Reino de Nápoles. A campanha de Carlos VIII foi o início das Guerras Italianas (1494-1559), durante as quais a Itália foi repetidamente invadida por tropas francesas, espanholas e alemãs e se tornou o cenário de uma prolongada luta pela supremacia no meio da península do Mediterrâneo. [NdE]

<sup>16</sup> Aqui, Engels tem em mente o movimento dos huguenotes que se desenrolou no século XVI sob a bandeira religiosa do calvinismo e levou aos huguenotes, ou guerras religiosas entre católicos e protestantes (huguenotes), que continuou, com interrupções, ao longo da segunda metade do século XVI. Eles produziram desorganização econômico e anarquia política, o que piorou as condições das massas e provocou revoltas camponesas. Assustados com eles, os senhores feudais e a burguesia se uniram em torno de Henrique de Navarra, um ex-líder huguenote, representante da nova dinastia Bourbon, que adotou o catolicismo e se tornou rei sob o nome de Henrique IV.

<sup>17</sup> A primeira tentativa de unificação da Polônia e da Lituânia foi feita em 1385, quando os dois estados firmaram a União de Krewo, dinastia que levou o nome do Castelo de Krewo, onde foi formalizada, que visava principalmente à defesa conjunta contra a crescente agressão por parte da

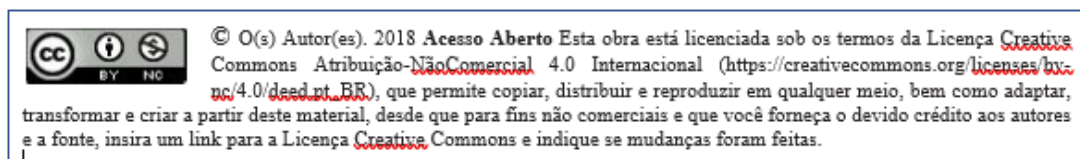
príncipes e a queda do jugo tártaro ocorreram de mãos dadas e foram finalmente seladas por Ivan III. Em toda a Europa, havia apenas dois países nos quais a monarquia e, portanto, a unidade nacional, que era impossível sem ela na época, não existia ou existia apenas no papel: Itália e Alemanha.

Como citar:

ENGELS, Friedrich. O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia. Trad. Gabriel Perdigão, Carolina Peters e Murilo Leite Pereira Neto. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 26, n. 2, pp. 288-98, jul./dez. 2020.

Data do envio: 31 ago. 2020

Data do aceite: 12 out. 2020



---

Ordem Teutônica. Ao mesmo tempo, promoveu os interesses de ambos os estados, que buscavam expandir seus territórios com o esgotamento das terras ucranianas e bielo-russas. Em 1569, a União de Lublin foi firmada, sob a qual a Polônia e a Lituânia formaram um único estado sob o nome de Rzeczpospolita. A Lituânia manteve sua autonomia. A União existiu até 1795.